



TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

1. DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo subsidiar o procedimento licitatório, para **REGISTRO DE PREÇOS** objetivando a **Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios em Geral**, nas condições, especificações e quantitativos descritos neste Termo de Referência, conforme a solução selecionada na análise das alternativas disponíveis no mercado realizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.2. Deverão ser rigorosamente atendidas às especificações e quantitativos constantes da tabela abaixo e observados os esclarecimentos constantes neste Termo de Referência:

ITEM	QUANT MÍNIMA	QUANT MÁXIMA	UNID	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
01	300	470	PCT	ACHOCOLATADO EM PÓ Pacote com 1KG. Produto enriquecido com 07 vitaminas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 20,24	R\$ 9.512,80
02	1000	1391	PCT	AÇÚCAR CRISTAL - Pacote com 5 KG. Especial de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana- de-açúcar, com aspecto sólido com cristais bem definidos superpeneirado, cor branca, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, acondicionados em pacotes plásticos (polietileno) transparentes de 05 kg devidamente rotulados. Validade mínima: 01 ano a partir da data de entrega.	R\$ 18,72	R\$ 26,039,52
03	100	200	PCT	AMENDOIM CRU - Pacote com 500 gramas. Tipo único, classe miúdo, subgrupo bicacorrida. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 11,00	R\$ 2.200,00
04	200	350	PCT	AMIDO DE MILHO - Pacote com 500 gramas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. Embalagem com 500 gramas; deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 17,67	R\$ 6.184,50
05	100	200	UND	ALIMENTO DE SOJA SEM LACTOSE 300 GRAMAS – Leite em pó zero lactose derivada de soja, cálcio e minerais. 300 gramas (rico em vitaminas e minerais, sem lactose)	R\$ 33,47	R\$ 6.694,00





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

06	100	200	KG	APRESUNTADO. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme. Sem presença de impurezas, cheiro forte e intenso não característico, coloração não característica, manchas escuras ou verdes, não deve estar pegajoso, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório, o produto deverá ser entregue fatiado e embalado em filme transparente).	R\$ 18,35	R\$ 3.670,00
07	350	450	KG	ARROZ TIPO 01 - Pacote com 5KG. Classe longo fino, subgrupo polido. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, com validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 16,91	R\$ 7.609,50
08	100	150	UN.	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM - Embalagem com 500 ML. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deverá estar intacta, (prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega).	R\$ 34,04	R\$ 5.106,00
09	100	150	UN.	AZEITONA - Embalagem com 500 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	R\$ 19,47	R\$ 2.920,50
10	250	350	KG	BACON FATIADO. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, deve conter no máximo 10% de gordura, ser isento de cartilagens, de ossos, presença de impurezas, cheiro forte e intenso não característico, coloração não característica, manchas escuras ou verdes, não deve estar pegajoso, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório, não devem ser temperados. Obs.: Fatiado de acordo com a requisição e devidamente acondicionado em embalagem própria	R\$ 54,61	R\$ 19.113,50
11	500	680	PCT	BALA DURA - Pacote com no mínimo 672 gramas. De boa qualidade. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 10,16	R\$ 6.908,80
12	400	530	PCT	BALA MASTIGÁVEL - Bala mastigável sabor iogurte de morango. Pacote com no mínimo 672 gramas, de boa qualidade. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 15,17	R\$ 8.040,10
13	100	200	PCT	BATATA PALHA - Pacote com no mínimo 400 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	R\$ 14,30	R\$ 2.860,00





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

14	100	200	UN.	BEBIDA LÁCTEA - Com polpa de fruta, sabor morango, embalagem íntegra sem vazamentos, de filme flexível de polietileno leitoso de no mínimo 900 g, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 45 dias, sendo estas conservadas sob refrigeração. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório.	R\$ 6,40	R\$ 1.280,00
15	1000	1230	PCT	BISCOITO DE MAISENA – Pacote de 400 gramas. Ingrediente básico: Farinha de trigo enriquecida com Ferro e Ácido Fólico. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório e não poderá estar quebrado. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	R\$ 6,38	R\$ 7.847,40
16	1000	1430	PCT	BISCOITO DE SAL – Pacote de 400 gramas. Ingredientes básicos: Farinha de trigo, gordura vegetal, sal refinado. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação elote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório e não poderá estar quebrado, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 6,24	R\$ 8.923,20
17	300	390	PCT	BOMBOM - Pacote Bombom C/Recheio Cremoso. Apresentação: Pacote contendo 825 gramas à 1 kg. A embalagem primária deve ser aluminizada envolvendo o bombom e a secundária com plástico resistente e atóxico. Características: Bombom com recheio cremoso, com camada crocante de wafer, coberto com chocolate ao leite, peso de aproximadamente 21,5g cada, contendo como ingredientes principais: açúcar, gordura vegetal, farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, massa de cacau, castanha de caju, soro de leite em pó, farinha de soja integral, amendoim, leite em pó integral, sal, óleo de soja, cacau em pó, extrato de malte e emulsificantes. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	R\$ 69,89	R\$ 27.257,00
18	150	250	PCT	CANJIQUELHA FINA - Pacote com 1 KG. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, com validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 5,01	R\$ 1.252,50
19	100	200	UN.	CHOCOLATE GRANULADO - Embalagem com no mínimo 200 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente. Não deverá apresentar misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, formação de grumos, coloração clara ou escura demais, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 4,98	R\$ 996,00





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

20	200	310	PCT	COCO RALADO - Embalagem com 100 gramas. Desidratado, aspecto: fragmentos soltos parcialmente desengordurados. Cor: branca. O produto não poderá apresentar cheiro alterado ou rançoso. A embalagem deve ser intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 6,00	R\$ 1.860,00
21	100	150	UN.	COLORAU – Pacote com 500 gramas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente). Não deverá apresentar misturas inadequadas, presença de impurezas, formação de grumos, coloração clara demais, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 14,86	R\$ 2.229,00
22	50	100	UN.	CONDIMENTO OREGANO GRANULADO- Condimento, apresentação natural, matéria prima orégano, aspecto físico granulado, embalagem de 30 gramas	R\$ 4,78	R\$ 478,00
23	200	324	UN.	CREME DE LEITE - Embalagem com 200 gramas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 3,53	R\$ 1.143,72
24	150	300	UN.	DOCE DE LEITE - Embalagem com 400 gramas. Sem glúten. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação/lote, não apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 13,56	R\$ 4.068,00
25	100	200	UN.	ERVILHA EM CONSERVA- Embalagem com 170 gramas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, a embalagem deve estar intacta).	R\$ 5,53	R\$ 1.106,00
26	150	300	UN.	FARINHA DE TRIGO – Pacote com 1 kg. Rico em ácido fólico e ferro. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 4,71	R\$ 1.413,00
27	200	400	PCT	FEIJÃO TIPO CARIOQUINHA – Pacote com 1 kg. O produto deverá apresentar registro no órgão competente. Não deverá apresentar perfurações – carunchos ou outros insetos, não devem estar murchos, esbranquiçados ou mofados. Deve apresentar odor e sabor característico e não deve estar velho. A embalagem deve estar intacta; prazo de validade mínimo de 8 meses a partir da data de entrega.	R\$ 6,66	R\$ 2.664,00
28	100	205	UN	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO Embalagem com 125 gramas. (O produto não deverá apresentar problemas com homogeneidade, diluição inadequada, presença de impurezas, formação de	R\$ 13,96	R\$ 2.861,80





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

				grumos, cheiro forte e intenso, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado por mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve ser intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).		
29	100	190	UN	FERMENTO QUIMICO EM PÓ -Embalagem com 250 gramas. (O produto não deverá apresentar problemas com homogeneidade, diluição inadequada, presença de impurezas, formação de grumos, cheiro forte e intenso, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado por mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve ser intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 13,81	R\$ 2.623,90
30	150	300	UN.	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA COM FERRO PARA LACTANTES – Embalagem contendo no mínimo 800 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 82,74	R\$ 24.822,00
31	150	300	UN.	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTANTES - fórmula de início para lactentes de 0 a 6 meses. Embalagem contendo no mínimo 800 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 78,04	R\$ 23.412,00
32	150	200	PCT	FUBÁ DE MILHO PRÉCOZIDO ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FOLICO - Pacote com 1 kg. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 5,48	R\$ 1.370,00
33	200	250	UN.	GOIABADA - embalagem de 1kg, a base de polpa de goiaba, açúcar, ácido fosfórico e pectina. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega)	R\$ 18,76	R\$ 4.690,00
34	250	370	UN.	LEITE CONDENSADO - Embalagem com 395 gramas. Ingredientes básicos: Leite integral, açúcar e lactose. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 6,95	R\$ 2.571,60
35	50	110	UN.	LEITE DE COCO 200ml - O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 5,19	R\$ 570,90
36	200	400	PCT	LEITE EM PÓ INTEGRAL – Pacote com 400 gramas. Ingrediente: Leite integral. O produto deverá	R\$ 17,58	R\$ 7.032,00





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

				apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. Deve conter no mínimo 9% de proteína/porção, 24% de cálcio/porção, até 17mg de colesterol/porção. O produto não pode conter Glúten nem Maltodextrina. A embalagem deve estar intacta e prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.		
37	200	400	LT	LEITE EM PÓ INTEGRAL lata 380grs. Instantâneo e emulsificante lecitina de soja, sem glúten, com vitaminas (A, C e D), ferro e zinco. Validade de 12 meses a contar da data de entrega.	R\$ 23,06	R\$ 9.224,00
38	400	644	LT	LEITE UHT INTEGRAL Embalagem tetrapak contendo 1 litro, com registro do ministério da agricultura, validade estampada na embalagem de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 4,85	R\$ 3.123,40
39	150	300	PCT	MACARRÃO ESPAGUETE N 8 – Pacote com 1 kg. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 8,15	R\$ 2.445,00
40	150	300	PCT	MACARRÃO TIPO PARAFUSO- massa com ovos - Pacote de 500 gramas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 5,84	R\$ 1.752,0
41	150	300	UM	MAIONESE TRADICIONAL - Embalagem contendo 500 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade misturas inadequadas ao produto presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 9,72	R\$ 2.916,00
42	200	320	UN.	MARGARINA VEGETAL CREMOSA COM SAL - Embalagem com 500 gramas. 70% de lipídios, com sal e livre de gordura trans. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 10,33	R\$ 3.305,60
43	300	465	PCT	MARIOLA - Pacote com 900 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, sem presença de impurezas, cheiro forte e intenso não característico, coloração não característica, manchas escuras ou verdes, não deve estar pegajoso, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de	R\$ 25,66	R\$ 11.931,90





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

				entrega.		
44	400	700	PCT	MILHO DE PIPOCA - Pacote com 500 gramas. Grupo duro, classe amarela, tipo 1. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 3,71	R\$ 2.597,00
45	200	315	UN.	MILHO VERDE EM CONSERVA - Embalagem com 170 gramas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, a embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 4,88	R\$ 1.537,20
46	100	200	PCT	CEREAL DE PREPARO INSTANTÂNEO -ARROZ. Pacote com 170 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. (A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 6,02	R\$ 1.204,00
47	100	200	PCT	MINGAU DE PREPARO INSTANTÂNEO CEREAIS. Pacote com 180 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. (A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 6,03	R\$ 1.206,00
48	150	300	PCT	MINGAU DE PREPARO INSTANTÂNEO - MILHO. Pacote com 170 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. (A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 5,96	R\$ 1.788,00
49	400	615	UN.	MISTURA PARA BOLO Pacote com 400 gramas. Sabores: a escolher. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 5,86	R\$ 3.603,90
50	150	300	UN.	MISTURA PARA PREPARO DE TAPIOCA - Pacote com 500 gramas. Fécula de mandioca, água acidulante conservadores (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 6,627	R\$ 1.988,00





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

51	150	300	UN.	EXTRATO DE MOLHO TOMATE PENEIRADO TRADICIONAL – Embalagem contendo 520 gramas. Contendo apenas tomate, sal e açúcar. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 8,25	R\$ 2.475,00
52	500	799	UN.	OLEO DE SOJA – Embalagem contendo 900 ml. Cinco vezes extra filtrado, 0% de gordura trans., sem colesterol, rico em vitamina A. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deverá está intacta, com de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega).	R\$ 8,62	R\$ 6.887,38
53	200	310	UN.	PAÇOCA DE AMENDOIM Caixa com 50 unidades cada. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 34,46	R\$ 10.682,60
54	200	480	UN	PIPOCA DOCE - Pacotes com 50 unidades de 40 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, sem presença de impurezas, cheiro forte e intenso não característico, coloração não característica, manchas escuras ou verdes, não deve estar pegajoso, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega	R\$ 11,21	R\$ 5.380,80
55	300	420	PCT	PIRULITO COM RECHEIO DE CHICLETE - Pacote 600 gramas cada. Tamanho grande. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 17,73	R\$ 7.446,60
56	400	650	PCT	ROSQUINHA DE COCO- EMBALAGEM 400 GRAMAS O biscoito rosquinha de coco 400g é um biscoito doce, crocante e em formato de anel, com sabor e pedaços de coco. É um produto industrializado, geralmente embalado em plástico atóxico, e a data de validade é impressa na embalagem. O prazo de validade típico para biscoitos rosquinha de coco industrializados varia, mas geralmente é de 6 meses (180 dias) a 8 meses a partir da data de fabricação.	R\$ 9,01	R\$ 5.856,50
57	200	400	FARDO	ÁGUA MINERAL SEM GAS água mineral 500ml sem gás é um produto para consumo humano com prazo de validade que, geralmente, é de 12 meses a partir da data de fabricação. A data exata deve ser verificada no rótulo da embalagem. Embalagem com 12 unidades	R\$ 9,02	R\$ 3.608,00
58	300	500	UN.	PÓ PARA GELATINA – Embalagem com 20 gramas. Sabores de abacaxi, maracujá, laranja, pêssego, morango, limão e uva. O produto deverá apresentar registro no órgão competente; a embalagem deve estar intacta; prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 2,32	R\$ 1.160,00
59	500	1000	UN.	POLPA DE FRUTA SABORES VARIADOS– Embalagem com 01 kg. Seleccionada, isenta de contaminação. Deve conter a validade de no mínimo	R\$ 8,93	R\$ 8.930,00





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

				06 meses a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas. De isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade e embalagens danificadas.		
60	200	400	UN.	QUEIJO MUSSARELA. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar nenhum tipo de impureza, cheiro forte e intenso não característico, coloração não características manchas escuras ou verdes, não devem estar pegajosas, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório, não deve ser temperado, o produto deverá ser entregue fatiado e embalado em filme transparente, prazo de validade mínimo de 03 meses a partir da data de entrega).	R\$ 47,93	R\$ 19.172,00
61	400	600	UN.	REFRIGERANTE DE 2 LITROS nos sabores: uva, laranja, guaraná, cola e limão. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 4,35	R\$ 2.610,00
62	100	200	UN.	REQUEIJAO CREMOSO- (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar nenhum tipo de impureza, cheiro forte e intenso não característico, coloração não características manchas escuras ou verdes, não devem estar pegajosas, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório.)	R\$ 7,80	R\$ 1.560,00
63	150	250	UN.	SAL REFINADO IODADO – Pacote com 1 kg. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 2,46	R\$ 615,00
64	100	200	UN.	SARDINHA ao molho de tomate - Embalagem com 125 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deverá está intacta, (prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega).	R\$ 6,33	R\$ 1.266,00
65	150	300	UN.	TAPIOCA - Pacote com 500 gramas. Grupo extra, subgrupo despêliculado, classe branco, tipo 1. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 6,27	R\$ 1.881,00





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

66	50	100	UN.	TRIGUILHO (farinha de trigo para quibe) - Pacote com 500 gramas. Composto de grãos de trigo selecionados e moídos de ótima qualidade, cor, sabor e aroma característicos do produto, livre de parasitas, odores estranhos, substâncias nocivas, validade mínima de 6 meses a contar da entrega.	R\$ 7,11	R\$ 711,00
67	150	250	UN.	TUBO DE GOMA - Caixa com 30 unidades. Tipo americana, frutas sortidas. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 28,13	R\$ 7.032,50
68	50	100	UN.	UVA PASSA. Pacote com 500 gramas. O produto deve ser escuro e sem semente. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 40,76	R\$ 4.076,00
69	100	155	UN.	VINAGRE - Embalagem com 750 ml. O produto deverá apresentar registro no órgão competente. A embalagem deve estar intacta (prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	R\$ 3,61	R\$ 559,55
70	60	120	CX	CHOCOLATE AO LEITE TIPO BATON Apresentação: Caixa com 30 unidades de no mínimo 16gr. 72 em formato de bastão, embaladas individualmente. Características: Devem apresentar gosto e sabor característicos do produto. Entregue sem deformidades e defeitos. Em caixa intacta com identificação completa do produto, data de fabricação e validade. Produto com validade igual ou superior a 90 dias a contar da data de entrega.	R\$ 60,80	R\$ 7.296,00
71	200	320	UN.	SALGADINHOS DE MILHO- Pacote com 10 unidades de 50 gramas cada. Assados, fonte de energia, 0% gordura trans., com vitamina A e B1, ácido fólico, não contém glúten- (tipo chips), sabor queijo presunto. e A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 45,50	R\$ 14.560,00
72	80	130	PCT	PIRULITO TIPO PICOLÉ Pacote com A 50 unidades. Sabores variados de boa qualidade. A embalagem deve estar intacta, prazo de valida de mínimo de 06 meses Apartir da data de entrega.	R\$ 13,86	R\$ 1.801,80
73	70	130	PCT	PIRULITO PSICODÉLICO COLORIDO-Pacote com 50 unidades. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses Apartir da data de entrega.	R\$ 13,69	R\$ 1.779,70
VALOR TOTAL						R\$ 405.300,67

1.2.1. Abaixo segue o quantitativo individualizado de cada secretaria:

1 – Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania				
Item	Descrição	UNID	Quant Mínima	Quant Máxima
001	ACHOCOLATADO EM PÓ Pacote com 1KG. Produto enriquecido com 07 vitaminas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	PCT	200	400
002	AÇÚCAR CRISTAL - Pacote com 5 KG. Especial de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana- de-açúcar, com aspecto sólido com cristais bem definidos superpeneirado, cor branca, contendo dados de identificação do	PCT	400	650





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

	produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, acondicionados em pacotes plásticos (polietileno) transparentes de 05 kg devidamente rotulados. Validade mínima: 01 ano a partir da data de entrega.			
003	AMENDOIM CRU - Pacote com 500 gramas. Tipo único, classe miúdo, subgrupo bicacorrida. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	PCT	100	200
004	AMIDO DE MILHO - Pacote com 500 gramas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. Embalagem com 500 gramas; deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	PCT	200	350
005	ALIMENTO DE SOJA SEM LACTOSE 300 GRAMAS – Leite em pó zero lactose derivada de soja, cálcio e minerais. 300 gramas (rico em vitaminas e minerais, sem lactose)	UND	100	200
006	APRESUNTADO. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme. Sem presença de impurezas, cheiro forte e intenso não característico, coloração não característica, manchas escuras ou verdes, não deve estar pegajoso, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório, o produto deverá ser entregue fatiado e embalado em filme transparente).	KG	100	200
007	ARROZ TIPO 01 - Pacote com 5KG. Classe longo fino, subgrupo polido. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, com validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega).	KG	350	450
008	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM - Embalagem com 500 ML. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deverá estar intacta, (prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega).	UN.	75	150
009	AZEITONA - Embalagem com 500 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	UN.	100	150
010	BACON FATIADO. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, deve conter no máximo 10% de gordura, ser isento de cartilagens, de ossos, presença de impurezas, cheiro forte e intenso não característico, coloração não característica, manchas escuras ou verdes, não deve estar pegajoso, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório, não devem ser temperados. Obs.: Fatiado de acordo com a requisição e devidamente acondicionado em embalagem própria	KG	250	350
011	BALA DURA - Pacote com no mínimo 672 gramas. De boa qualidade. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	PCT	250	350
012	BALA MASTIGÁVEL - Bala mastigável sabor iogurte de morango. Pacote com no mínimo 672 gramas, de boa qualidade. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	PCT	100	200





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

013	BATATA PALHA - Pacote com no mínimo 400 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	PCT	100	200
014	BEBIDA LÁCTEA - Com polpa de fruta, sabor morango, embalagem íntegra sem vazamentos, de filme flexível de polietileno leitoso de no mínimo 900 g, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 45 dias, sendo estas conservadas sob refrigeração. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório.	UN.	100	200
015	BISCOITO DE MAISENA – Pacote de 400 gramas. Ingrediente básico: Farinha de trigo enriquecida com Ferro e Ácido Fólico. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório e não poderá estar quebrado. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	PCT	400	800
016	BISCOITO DE SAL – Pacote de 400 gramas. Ingredientes básicos: Farinha de trigo, gordura vegetal, sal refinado. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório e não poderá estar quebrado, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	PCT	600	950
017	BOMBOM - Pacote Bombom C/Recheio Cremoso. Apresentação: Pacote contendo 825 gramas à 1 kg. A embalagem primária deve ser aluminizada envolvendo o bombom e a secundária com plástico resistente e atóxico. Características: Bombom com recheio cremoso, com camada crocante de wafer, coberto com chocolate ao leite, peso de aproximadamente 21,5g cada, contendo como ingredientes principais: açúcar, gordura vegetal, farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, massa de cacau, castanha de caju, soro de leite em pó, farinha de soja integral, amendoim, leite em pó integral, sal, óleo de soja, cacau em pó, extrato de malte e emulsificantes. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	PCT	100	150
018	CANJIQUELHA FINA - Pacote com 1 KG. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, com validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega).	PCT	200	250
019	CHOCOLATE GRANULADO - Embalagem com no mínimo 200 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente. Não deverá apresentar misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, formação de grumos, coloração clara ou escura demais, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	UN.	100	200
020	COCO RALADO - Embalagem com 100 gramas. Desidratado, aspecto: fragmentos soltos parcialmente desengordurados. Cor: branca. O produto não poderá apresentar cheiro alterado ou rançoso. A embalagem deve ser intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	PCT	200	300
021	COLORAU – Pacote com 500 gramas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente). Não deverá apresentar misturas inadequadas, presença de impurezas, formação de grumos, coloração clara demais, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve	UN.	50	100





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

	estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.			
022	CONDIMENTO OREGANO GRANULADO- Condimento, apresentação natural, matéria prima orégano, aspecto físico granulado, embalagem de 30 gramas	UN.	50	100
023	CREME DE LEITE - Embalagem com 200 gramas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	150	300
024	DOCE DE LEITE - Embalagem com 400 gramas. Sem glúten. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação/lote, não apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	UN.	150	300
025	ERVILHA EM CONSERVA- Embalagem com 170 gramas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, a embalagem deve estar intacta).	UN.	100	200
026	FARINHA DE TRIGO – Pacote com 1 kg. Rico em ácido fólico e ferro. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	200	300
027	FEIJÃO TIPO CARIOQUINHA – Pacote com 1 kg. O produto deverá apresentar registro no órgão competente. Não deverá apresentar perfurações – carunchos ou outros insetos, não devem estar murchos, esbranquiçados ou mofados. Deve apresentar odor e sabor característico e não deve estar velho. A embalagem deve estar intacta; prazo de validade mínimo de 8 meses a partir da data de entrega.	PCT	200	400
028	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO Embalagem com 125 gramas. (O produto não deverá apresentar problemas com homogeneidade, diluição inadequada, presença de impurezas, formação de grumos, cheiro forte e intenso, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado por mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve ser intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN	100	200
029	FERMENTO QUIMICO EM PÓ -Embalagem com 250 gramas. (O produto não deverá apresentar problemas com homogeneidade, diluição inadequada, presença de impurezas, formação de grumos, cheiro forte e intenso, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado por mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve ser intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN	100	200
030	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA COM FERRO PARA LACTANTES – Embalagem contendo no mínimo 800 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	UN.	150	300
031	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTANTES - fórmula de início para lactentes de 0 a 6 meses. Embalagem contendo no mínimo 800 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	UN.	150	300
032	FUBÁ DE MILHO PRÉCOZIDO ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FOLICO - Pacote com 1 kg. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado	PCT	150	250





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

	e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).			
033	GOIABADA - embalagem de 1kg, a base de polpa de goiaba, açúcar, ácido fosfórico e pectina. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega)	UN.	150	250
034	LEITE CONDENSADO - Embalagem com 395 gramas. Ingredientes básicos: Leite integral, açúcar e lactose. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	200	350
035	LEITE DE COCO 200ml - O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	UN.	50	100
036	LEITE EM PÓ INTEGRAL – Pacote com 400 gramas. Ingrediente: Leite integral. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. Deve conter no mínimo 9% de proteína/porção, 24% de cálcio/porção, até 17mg de colesterol/porção. O produto não pode conter Glúten nem Maltodextrina. A embalagem deve estar intacta e prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	PCT	200	400
037	LEITE EM PÓ INTEGRAL lata 380grs. Instantâneo e emulsificante lecitina de soja, sem glúten, com vitaminas (A, C e D), ferro e zinco. Validade de 12 meses a contar da data de entrega.	LT	200	400
038	LEITE UHT INTEGRAL Embalagem tetrapak contendo 1 litro, com registro do ministério da agricultura, validade estampada na embalagem de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega.	UN.	200	400
039	MACARRÃO ESPAGUETE N 8 – Pacote com 1 kg. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	PCT	150	300
040	MACARRÃO TIPO PARAFUSO- massa com ovos - Pacote de 500 gramas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	PCT	150	300
041	MAIONESE TRADICIONAL - Embalagem contendo 500 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade misturas inadequadas ao produto presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	UN.	150	300
042	MARGARINA VEGETAL CREMOSA COM SAL -Embalagem com 500 gramas. 70% de lipídios, com sal e livre de gordura trans. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A	UN.	150	230





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

	embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).			
043	MARIOLA - Pacote com 900 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, sem presença de impurezas, cheiro forte e intenso não característico, coloração não característica, manchas escuras ou verdes, não deve estar pegajoso, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	PCT	300	450
044	MILHO DE PIPOCA - Pacote com 500 gramas. Grupo duro, classe amarela, tipo 1. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	PCT	300	500
045	MILHO VERDE EM CONSERVA - Embalagem com 170 gramas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, a embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	200	300
046	CEREAL DE PREPARO INSTANTÂNEO -ARROZ. Pacote com 170 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. (A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	PCT	100	200
047	MINGAU DE PREPARO INSTANTÂNEO CEREAIS. Pacote com 180 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. (A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	PCT	100	200
048	MINGAU DE PREPARO INSTANTÂNEO - MILHO. Pacote com 170 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. (A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	PCT	200	300
049	MISTURA PARA BOLO Pacote com 400 gramas. Sabores: a escolher. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	400	600
050	MISTURA PARA PREPARO DE TAPIOCA - Pacote com 500 gramas. Fécula de mandioca, água acidulante conservadores (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	200	300
051	EXTRATO DE MOLHO TOMATE PENEIRADO TRADICIONAL – Embalagem contendo 520 gramas. Contendo apenas tomate, sal e açúcar. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	200	300





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

052	OLEO DE SOJA – Embalagem contendo 900 ml. Cinco vezes extra filtrado, 0% de gordura trans., sem colesterol, rico em vitamina A. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deverá estar intacta, com validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega).	UN.	500	700
053	PAÇOCA DE AMENDOIM Caixa com 50 unidades cada. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	UN.	200	300
054	PIPOCA DOCE - Pacotes com 50 unidades de 40 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, sem presença de impurezas, cheiro forte e intenso não característico, coloração não característica, manchas escuras ou verdes, não deve estar pegajoso, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega	UN	200	300
055	PIRULITO COM RECHEIO DE CHICLETE - Pacote 600 gramas cada. Tamanho grande. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	PCT	200	300
056	ROSQUINHA DE COCO- EMBALAGEM 400 GRAMAS O biscoito rosquinha de coco 400g é um biscoito doce, crocante e em formato de anel, com sabor e pedaços de coco. É um produto industrializado, geralmente embalado em plástico atóxico, e a data de validade é impressa na embalagem. O prazo de validade típico para biscoitos rosquinha de coco industrializados varia, mas geralmente é de 6 meses (180 dias) a 8 meses a partir da data de fabricação.	PCT	400	650
057	ÁGUA MINERAL SEM GAS água mineral 500ml sem gás é um produto para consumo humano com prazo de validade que, geralmente, é de 12 meses a partir da data de fabricação. A data exata deve ser verificada no rótulo da embalagem. Embalagem com 12 unidades	FARDO	300	400
058	PÓ PARA GELATINA – Embalagem com 20 gramas. Sabores de abacaxi, maracujá, laranja, pêssego, morango, limão e uva. O produto deverá apresentar registro no órgão competente; a embalagem deve estar intacta; prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	UN.	400	500
059	POLPA DE FRUTA SABORES VARIADOS– Embalagem com 01 kg. Seleccionada, isenta de contaminação. Deve conter a validade de no mínimo 06 meses a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas. De isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade e embalagens danificadas.	UN.	800	1000
060	QUEIJO MUSSARELA. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar nenhum tipo de impureza, cheiro forte e intenso não característico, coloração não características manchas escuras ou verdes, não devem estar pegajosas, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório, não deve ser temperado, o produto deverá ser entregue fatiado e embalado em filme transparente, prazo de validade mínimo de 03 meses a partir da data de entrega).	UN.	200	400
061	REFRIGERANTE DE 2 LITROS nos sabores: uva, laranja, guaraná, cola e limão. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	200	450
062	REQUEIJAO CREMOSO- (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar nenhum tipo de impureza, cheiro forte e intenso não característico, coloração não características manchas	UN.	100	200





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

	escuras ou verdes, não devem estar pegajosas, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório.)			
063	SAL REFINADO IODADO – Pacote com 1 kg. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	100	150
064	SARDINHA ao molho de tomate - Embalagem com 125 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deverá está intacta, (prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega).	UN.	100	200
065	TAPIOCA - Pacote com 500 gramas. Grupo extra, subgrupo despêculado, classe branco, tipo 1. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	200	300
066	TRIGUILHO (farinha de trigo para quibe) - Pacote com 500 gramas. Composto de grãos de trigo selecionados e moídos de ótima qualidade, cor, sabor e aroma característicos do produto, livre de parasitas, odores estranhos, substâncias nocivas, validade mínima de 6 meses a contar da entrega.	UN.	50	100
067	TUBO DE GOMA - Caixa com 30 unidades. Tipo americana, frutas sortidas. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	UN.	150	250
068	UVA PASSA. Pacote com 500 gramas. O produto deve ser escuro e sem semente. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	50	100
069	VINAGRE - Embalagem com 750 ml. O produto deverá apresentar registro no órgão competente. A embalagem deve estar intacta (prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	100	150
070	CHOCOLATE AO LEITE TIPO BATON Apresentação: Caixa com 30 unidades de no mínimo 16gr. 72 em formato de bastão, embaladas individualmente. Características: Devem apresentar gosto e sabor característicos do produto. Entregue sem deformidades e defeitos. Em caixa intacta com identificação completa do produto, data de fabricação e validade. Produto com validade igual ou superior a 90 dias a contar da data de entrega.	CX	15	20
071	SALGADINHOS DE MILHO- Pacote com 10 unidades de 50 gramas cada. Assados, fonte de energia, 0% gordura trans., com vitamina A e B1, ácido fólico, não contém glúten- (tipo chips), sabor queijo presunto. e A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	UN.	15	20
072	PIRULITO TIPO PICOLÉ Pacote com A 50 unidades. Sabores variados de boa qualidade. A embalagem deve estar intacta, prazo de valida de mínimo de 06 meses Apartir da data de entrega.	PCT	05	10
073	PIRULITO PSICODÉLICO COLORIDO-Pacote com 50 unidades. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses Apartir da data de entrega.	PCT	05	10

2 – Órgão Participante: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil

Item	Descrição	UNID	Quant Mínima	Quant Máxima
002	AÇÚCAR CRISTAL - Pacote com 5 KG. Especial de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana- de-açúcar, com	PCT	40	60





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

	aspecto sólido com cristais bem definidos superpeneirado, cor branca, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, acondicionados em pacotes plásticos (polietileno) transparentes de 05 kg devidamente rotulados. Validade mínima: 01 ano a partir da data de entrega.			
--	---	--	--	--

3 – Órgão Participante: Secretaria Municipal de Administração

Item	Descrição	UNID	Quant Mínima	Quant Máxima
002	AÇÚCAR CRISTAL - Pacote com 5 KG. Especial de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana- de-açúcar, com aspecto sólido com cristais bem definidos superpeneirado, cor branca, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, acondicionados em pacotes plásticos (polietileno) transparentes de 05 kg devidamente rotulados. Validade mínima: 01 ano a partir da data de entrega.	PCT	40	55

4 – Órgão Participante: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Item	Descrição	UNID	Quant Mínima	Quant Máxima
002	AÇÚCAR CRISTAL - Pacote com 5 KG. Especial de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana- de-açúcar, com aspecto sólido com cristais bem definidos superpeneirado, cor branca, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, acondicionados em pacotes plásticos (polietileno) transparentes de 05 kg devidamente rotulados. Validade mínima: 01 ano a partir da data de entrega.	PCT	20	24

5 – Órgão Participante: Secretaria Municipal de Obras

Item	Descrição	UNID	Quant Mínima	Quant Máxima
002	AÇÚCAR CRISTAL - Pacote com 5 KG. Especial de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana- de-açúcar, com aspecto sólido com cristais bem definidos superpeneirado, cor branca, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, acondicionados em pacotes plásticos (polietileno) transparentes de 05 kg devidamente rotulados. Validade mínima: 01 ano a partir da data de entrega.	PCT	10	12

6 – Órgão Participante: Secretaria Municipal de Educação

Item	Descrição	UNID	Quant Mínima	Quant Máxima
017	BOMBOM - Pacote Bombom C/Recheio Cremoso. Apresentação: Pacote contendo 825 gramas à 1 kg. A embalagem primária deve ser aluminizada envolvendo o bombom e a secundária com plástico resistente e atóxico. Características: Bombom com recheio cremoso, com camada crocante de wafer, coberto com chocolate ao leite, peso de aproximadamente 21,5g cada, contendo como ingredientes principais: açúcar, gordura vegetal, farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, massa de cacau, castanha de caju, soro de leite em pó, farinha de soja integral, amendoim, leite em pó integral, sal, óleo de soja, cacau em pó, extrato de malte e emulsificantes. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	PCT	10	10
020	COCO RALADO Embalagem com 100 gramas. Desidratado, aspecto: fragmentos soltos parcialmente desengordurados. Cor: branca. O produto não poderá apresentar cheiro alterado ou rançoso. A embalagem deve ser intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	UN.	10	10





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

023	CREME DE LEITE Embalagem com 200 gramas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	10	20
028	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO Embalagem com 125 gramas. (O produto não deverá apresentar problemas com homogeneidade, diluição inadequada, presença de impurezas, formação de grumos, cheiro forte e intenso, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado por mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve ser intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	03	05
029	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ - Embalagem com 250 gramas. (O produto não deverá apresentar problemas com homogeneidade, diluição inadequada, presença de impurezas, formação de grumos, cheiro forte e intenso, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado por mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve ser intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	05	10
034	LEITE CONDENSADO Embalagem com 395 gramas. Ingredientes básicos: Leite integral, açúcar e lactose. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	10	20
035	LEITE DE COCO 200ml - O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	UN.	05	10
038	LEITE UHT INTEGRAL Embalagem tetrapak contendo 1 litro, com registro do ministério da agricultura, validade estampada na embalagem de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega.	UN.	15	24
042	MARGARINA VEGETAL CREMOSA COM SAL Embalagem com 500 gramas. 70 % de lipídios, com sal e livre de gordura trans. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	05	10
043	MARIOLA - Pacote com 900 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, sem presença de impurezas, cheiro forte e intenso não característico, coloração não característica, manchas escuras ou verdes, não deve estar pegajoso, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	PCT	10	15
045	MILHO VERDE EM CONSERVA - Embalagem com 200 gramas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, a embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	PCT	20	30
049	MISTURA PARA BOLO Pacote com 400 gramas. Sabores: a escolher. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	10	15





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

052	OLEO DE SOJA – Embalagem contendo 900 ml. Cinco vezes extra filtrado, 0% de gordura trans., sem colesterol, rico em vitamina A. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deverá estar intacta, com validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega).	UN.	15	24
053	PAÇOCA DE AMENDOIM Caixa com 50 unidades cada. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	UN.	05	10
069	VINAGRE - Embalagem com 750 ml. O produto deverá apresentar registro no órgão competente. A embalagem deve estar intacta (prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	03	05

7 – Órgão Participante: Secretaria Municipal de Saúde				
Item	Descrição	UNID	Quant Mínima	Quant Máxima
001	ACHOCOLATADO EM PÓ Pacote com 1KG. Produto enriquecido com 07 vitaminas. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	PCT	50	70
002	AÇÚCAR CRISTAL - Pacote com 5 KG. Especial de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar, com aspecto sólido com cristais bem definidos superpeneirado, cor branca, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, acondicionados em pacotes plásticos (polietileno) transparentes de 05 kg devidamente rotulados. Validade mínima: 01 ano a partir da data de entrega.	PCT	500	590
011	BALA DURA - Pacote com no mínimo 672 gramas. De boa qualidade. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	PCT	300	330
012	BALA MASTIGÁVEL - Bala mastigável sabor iogurte de morango. Pacote com no mínimo 600 gramas, de boa qualidade. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	PCT	300	330
015	BISCOITO DE MAISENA – Pacote de 400 gramas. Ingrediente básico: Farinha de trigo enriquecida com Ferro e Ácido Fólico. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório e não poderá estar quebrado. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	PCT	400	480
016	BISCOITO DE SAL – Pacote de 400 gramas. Ingredientes básicos: Farinha de trigo, gordura vegetal, sal refinado. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório e não poderá estar quebrado, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	PCT	400	480
017	BOMBOM - Pacote Bombom C/Recheio Cremoso. Apresentação: Pacote contendo 825 gramas à 1 kg. A embalagem primária deve ser aluminizada envolvendo o bombom e a secundária com plástico resistente e atóxico. Características: Bombom com recheio cremoso, com camada crocante de wafer, coberto com chocolate ao leite, peso de aproximadamente 21,5g cada, contendo como ingredientes principais: açúcar, gordura vegetal, farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, massa de cacau, castanha de caju, soro de leite em pó, farinha de soja integral, amendoim, leite em pó integral, sal, óleo de soja, cacau em	PCT	150	200





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

	pó, extrato de malte e emulsificantes. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.			
037	LEITE EM PÓ INTEGRAL lata 400grs. Instantâneo e emulsificante lecitina de soja, sem glúten, com vitaminas (A, C e D), ferro e zinco. Validade de 12 meses a contar da data de entrega.	UN.	200	220
042	MARGARINA VEGETAL CREMOSA COM SAL -Embalagem com 500 gramas. 70% de lipídios, com sal e livre de gordura trans. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	60	80
044	MILHO DE PIPOCA - Pacote com 500 gramas. Grupo duro, classe amarela, tipo 1. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	PCT	100	170
052	OLEO DE SOJA – Embalagem contendo 900 ml. Cinco vezes extra filtrado, 0% de gordura trans., sem colesterol, rico em vitamina A. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deverá estar intacta, com de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega).	UN.	70	75
054	PIPOCA DOCE - Pacotes com 50 unidades de 40 gramas. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, sem presença de impurezas, cheiro forte e intenso não característico, coloração não característica, manchas escuras ou verdes, não deve estar pegajoso, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega	UN.	100	180
055	PIRULITO COM RECHEIO DE CHICLETE - Pacote 600 gramas cada. Tamanho grande. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	PCT	100	120
061	REFRIGERANTE DE 2 LITROS nos sabores: uva, laranja, guaraná, cola e limão. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	100	150
063	SAL REFINADO IODADO – Pacote com 1kg. (O produto deverá apresentar registro no órgão competente, data de fabricação e lote, o produto não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega).	UN.	80	100
070	CHOCOLATE AO LEITE TIPO BATON Apresentação: Caixa com 30 unidades de no mínimo 16gr. 72 em formato de bastão, embaladas individualmente. Características: Devem apresentar gosto e sabor característicos do produto. Entregue sem deformidades e defeitos. Em caixa intacta com identificação completa do produto, data de fabricação e validade. Produto com validade igual ou superior a 90 dias a contar da data de entrega.	CX	80	100
071	SALGADINHOS DE MILHO- Pacote com 10 unidades de 50 gramas cada. Assados, fonte de energia, 0% gordura trans., com vitamina A e B1, ácido fólico, não contém glúten- (tipo chips), sabor queijo presunto. e A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	UN.	200	300
072	PIRULITO TIPO PICOLÉ Pacote com A 50 unidades. Sabores variados de boa qualidade. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade de mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	PCT	100	120





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

073	PIRULITO PSICODÉLICO COLORIDO-Pacote com 50 unidades. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 06 meses. Apartir da data de entrega.	PCT	100	120
-----	---	-----	-----	-----

1.3. O objeto desta licitação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1.819, de 13 de outubro de 2025.

1.6. Com fundamento no inciso III, do artigo 49, da Lei Complementar 123/2006 e demais regulamentações, entendemos que não deve ser estabelecida, neste certame, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para os itens **proposto nessa aquisição** em função das seguintes razões:

a) exigência de melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, dadas as vantagens advindas da economia de escala gerada pela contratação e adjudicação dos bens em conjunto. Assim sendo, quanto maior o quantitativo licitado para o item, menor poderá ser o custo do produto, já que em aquisições e compras em maiores quantidades normalmente são obtidos descontos substanciais, gerando benefícios à Administração;

b) atendimento ao princípio da eficiência, alçado à condição de princípio da Administração Pública pela Emenda Constitucional nº 19/1998, em razão do qual deve-se objetivar sempre maior qualidade e economicidade dos atos e procedimentos administrativos, de modo a melhorar a relação custo/benefício nos trabalhos executados no órgão público;

c) alcance do objeto com racionalidade administrativa, o que implica na necessidade de medição dos custos administrativos envolvidos no processo de obtenção dos bens pretendidos. Nesse sentido, a subdivisão do objeto poderia gerar distorções diversas, como maior número de contratos a administrar ou contratação de bens com marcas/modelos diferentes, o que dificultaria, por exemplo, a fiscalização da contratação.

1.7. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano e terá eficácia a partir de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e poderá ser renovada, por igual período, com a renovação do quantitativo desde que comprovado o preço vantajoso.

1.7.1. Conforme **NOTA JURÍDICA Nº 00003/2024/CNLCA/CGU/AGU** a possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços, será possível desde que:

- *Seja comprovado o preço vantajoso;*
- *Haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;*





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

- *O tema tenha sido tratado no planejamento da contratação;*
- *A prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência.*

2. DAS AMOSTRAS:

2.1. Não será exigida amostra para a presente aquisição tendo em vista que são produtos de consumo.

3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.1. Não será exigida qualificação técnica para a presente aquisição pois o Art. 37, inc. XXI da CF/88, menciona que;

"ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações." (GRIFO NOSSO)

3.2. Ou seja, a qualificação técnica que poderá ser exigida é tão somente aquela indispensável à garantia do cumprimento das obrigações oriundas da contratação derivada da respectiva licitação.

4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA:

4.1. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura aquisição, devendo ser comprovada de forma objetiva que será restrita à apresentação da documentação disposta na Lei Federal nº 14.133/21.

4.2. Não será exigida qualificação econômico-financeira para a presente aquisição pois o Art. 37, inc. XXI da CF/88, menciona que;

"ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações." (GRIFO NOSSO)

4.3. A qualificação econômico-financeira a ser exigida deve ser exclusivamente aquela necessária para garantir o cumprimento das obrigações decorrentes da contratação oriunda da licitação. Dessa forma, após análise do bem a ser adquirido, não identificamos a necessidade de exigir qualquer um dos documentos previstos no Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/21.

5. DAS CONSULTAS DE SANÇÕES:





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

5.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro deverá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

5.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

5.1.3 Cadastro de empresas inidôneas, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE/ES (<https://www.tcees.tc.br/portal-da-transparencia/consultas/lista-de-responsaveis/empresas-inidoneas/>) e proibidas de contratar com o Poder Público estadual ou municipal (<https://www.tcees.tc.br/portal-da-transparencia/consultas/lista-de-responsaveis/proibidos-de-contratar/>).

5.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

5.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes as CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.1. No caso de Empresário Individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

6.3. No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

6.5. No caso de Sociedade Simples: Inscrição do Ato Constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

6.6. No caso de Cooperativa: Ata de Fundação e Estatuto Social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

6.7. No caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País: Decreto de Autorização;

7. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **certidão negativa ou positiva com efeito de negativa**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, obtida por meio do endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidao;

7.5. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede da proponente. A proponente com filial no Município de Sooretama/ES fica obrigada a fornecer a certidão relativa a esta Filial, para atendimento do item;

7.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.10. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro da licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

8.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o fornecimento contínuo de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, no desenvolvimento de suas atividades institucionais.





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

8.2. Os alimentos adquiridos serão utilizados no atendimento aos usuários dos serviços socioassistenciais, incluindo programas, projetos e ações desenvolvidas no âmbito da proteção social básica e especial, tais como atividades realizadas nos equipamentos públicos, distribuição de benefícios eventuais e demais atendimentos vinculados à política de assistência social.

8.3. A contratação por meio de Sistema de Registro de Preços se mostra adequada em razão da necessidade de aquisições frequentes e parceladas, possibilitando maior eficiência na gestão dos recursos públicos, evitando desperdícios e garantindo o abastecimento conforme a demanda.

8.4. Ressalta-se ainda que a ausência desses itens poderá comprometer a execução das ações e serviços ofertados à população, especialmente aos usuários em situação de vulnerabilidade social, impactando diretamente na qualidade e continuidade dos atendimentos prestados.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

9.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

10. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

10.1. A classificação do objeto a ser licitado é aquela prevista no Estudo Técnico Preliminar – ETP, apêndice deste Termo de Referência, que integra o presente processo administrativo para todos os fins legais.

11. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

11.1. Priorizamos pela realização de licitação, na modalidade **PREGÃO** em seu formato **ELETRÔNICO**, haja vista que essa modalidade apresenta maiores vantagens em relação aos princípios da economicidade, celeridade, competitividade e a transparência que tornam o processo mais rápido.

11.2. Quanto à economicidade, há a redução dos preços contratados, que se deve majoritariamente ao estímulo a reações mais agressivas por parte dos fornecedores durante a fase de lances e a redução de barreiras que possibilita que licitantes de todo país participem, além de gerar economia aos fornecedores que não precisarão despende com locomoção.

11.3. Outra vantagem na utilização do formato eletrônico é a coibição da corrupção e a segurança devido à transparência no processo licitatório uma vez que ele é acompanhado através da internet, facilitando a fiscalização em decorrência de sua informatização, qualquer interessado pode acompanhar o desenvolvimento do processo licitatório em tempo real por meio da plataforma





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

de licitação utilizada pelo município. Ademais, a identidade dos autores dos lances não pode ser revelada aos demais concorrentes, evitando fraudes no processo. (**FIGUEIREDO, 2019**).

11.4. Priorizamos a escolha do Registro de Preços, haja vista que a contratação solicitada se enquadra nas hipóteses do Decreto Municipal nº 1.862/2025 visto a dificuldade de se definir o quantitativo ideal a ser adquirido, e sendo possível surgirem necessidades de pedidos posteriores. Considerando a grande demanda de utilização desses materiais e ao mesmo tempo a necessidade de controle e racionalização do gasto público, o registro de preços apresenta-se como ferramenta comprovadamente eficiente na busca por melhores preços, mantendo-os registrados para uma futura e eventual contratação conforme a necessidade e disponibilidade de recursos orçamentários.

12. DA DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) foi regularmente divulgada conforme registrado nos autos, com a anuência das seguintes secretarias:

- Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Administração
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Saúde

12.2. Não demonstraram interesse em participar do presente registro de preços as seguintes secretarias:

- Secretaria Municipal de Comunicação
- Secretaria Municipal de Finanças
- Secretaria Municipal de Planejamento
- Procuradoria Geral Municipal
- Secretaria Municipal de Agricultura
- Secretaria Municipal de Suprimentos e Gestão de Contratos
- Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

13. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

13.1. O critério de julgamento será o de menor preço, representado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, futuro edital e demais anexos.





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

13.2. Será considerada vencedora do certame a licitante que, após a análise da proposta de preços e dos documentos de habilitação, atendidas às exigências do Edital, houver ofertado o menor preço para o fornecimento do objeto da licitação.

13.3. As licitantes deverão apresentar proposta que contemple todos os custos para o fornecimento do objeto.

14. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

14.1. Os materiais deverão ser entregues no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, na **Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, Rua Henrique Alves Paixão, 1011, Centro, Sooretama-ES de forma parcelada**, após o recebimento da **Ordem de Fornecimento**, expedida pelo Setor Responsável, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, bem como da cópia reprográfica da "Ordem de Fornecimento", de acordo com a necessidade, devendo constar na solicitação a quantidade e o local de entrega.

14.2. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

14.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.6. O recebimento provisório ou definitivo do material não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata de Registro de Preços.

14.7. No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de entrega, a Contratada deverá comunicar por escrito à **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL**





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

E CIDADANIA tal ocorrência, indicando a data em que efetivará a mesma, não podendo o adiamento ser superior a **48 (quarenta e oito) horas**.

14.8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de sua entrega, não eximirá o Contratante da aplicação das multas a que está sujeita a Contratada.

14.9. A Contratada não fica exonerada de suas responsabilidades por vícios que venham a ser observados após o recebimento dos materiais, nos termos do Código Civil, observadas as disposições deste Termo de Referência e do Edital.

14.10. Correrão por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

15.1. São obrigações da Contratante:

15.1.1. aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

15.1.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

15.1.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.1.4. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.1.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

15.1.6. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

15.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

16.1.1. efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

16.1.1.1. Os materiais devem estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.

16.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos materiais, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.5. manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços.

16.1.7. atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

16.1.8. manter o fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

16.1.9. responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

16.1.10. reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

16.1.11. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

16.1.12. apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

16.1.13. não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

16.1.14. manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

16.1.15. responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

16.1.16. responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

16.1.17. mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

16.1.18. manter endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

17. DA SUBCONTRATAÇÃO:

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da Ata de Registro de Preços.

19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

19.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo Contratante, por intermédio da **Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência**





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

Social e Cidadania, deste Município, de forma a fazer cumprir rigorosamente as especificações, prazo, proposta e condições deste Termo de Referência e do Edital licitatório.

19.2. Nos termos dos Art. 104 e Art. 117 da Lei nº 14.133/21, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.3. Aos servidores investidos na função de fiscal compete:

19.3.1. Manter registro de ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, determinando todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos constatados;

19.3.2. Receber, acolher e atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta prestação dos serviços, para fins de pagamento;

19.3.3. Comunicar, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidades, bem como efetuar as glosas na Nota Fiscal/Fatura;

19.3.4. Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções cabíveis, resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa;

19.3.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

19.3. A contratada deverá facilitar, por todos os meios a seu alcance, a ampla ação da Fiscalização da Ata de Registro de Preços, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas pelo contratante;

19.4. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização da Ata de Registro de Preços durante a execução do objeto contratado não poderá ser invocada para eximir a contratada da responsabilidade pela entrega dos materiais.

19.5. A Fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida no interesse exclusivo do contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por qualquer irregularidade.

19.6. Será nomeado Gestor, Fiscal Titular e Fiscal Suplente anteriormente a confecção da Ata de Registro de Preços.





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

20. DO PAGAMENTO:

20.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, respeitando a ordem cronológica de pagamentos, contados a partir do ateste do fiscal, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a efetiva entrega e recebimento dos bens.

20.1.1. Juntamente com a Nota Fiscal ou Fatura, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

- **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**
- **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **certidão negativa ou positiva com efeito de negativa**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, obtida por meio do endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidao;
- **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal:** Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede da proponente.
- **Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da contratada.**

20.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a entrega do objeto do contrato.

20.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal conforme documentos acima expostos.

20.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

20.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

20.11.1. Será rescindido a Ata de Registro de Preços em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

20.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = *******, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{100}$$

$$I = \frac{6}{100}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

365

20.14. Não será realizado o pagamento por meio de boleto bancário.

21. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

21.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos eventualmente interpostos, o processo licitatório será encaminhado à Autoridade Competente para fins de adjudicação do objeto e homologação da licitação.

21.2. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, sob pena de decair do direito ao registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e na legislação vigente.

21.3. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação formal e devidamente justificada por parte do adjudicatário durante o transcurso do prazo, e o motivo seja aceito pela Administração.

21.4. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, ou recusar-se injustificadamente a firmá-la, a Administração poderá convocar os demais licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fins de assinatura da Ata, observadas as mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

21.5. Caso nenhum dos licitantes remanescentes aceite a contratação nas condições originalmente ofertadas, a Administração poderá, desde que respeitado o valor estimado e sua eventual atualização, conforme previsão editalícia:

21.5.1. Convocar os demais licitantes classificados, na ordem de classificação, para fins de negociação com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa, ainda que o preço resultante seja superior ao do primeiro colocado, mas compatível com o mercado;

21.5.2. Proceder à adjudicação e assinatura da Ata de Registro de Preços com o licitante remanescente que aceitar as condições ofertadas, conforme a ordem classificatória, quando frustrada eventual negociação de melhores condições.

21.6. A Ata de Registro de Preços poderá ter o quantitativo inicialmente registrado renovado em caso de prorrogação, desde que comprovada a vantajosidade dos preços, haja previsão expressa no edital e na própria ata, e a prorrogação ocorra dentro do prazo de vigência.

22. DA REVISÃO DE PREÇOS DA ATA:

22.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos valores praticados no mercado ou de fato superveniente que venha a elevar o custo dos bens ou serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações com os fornecedores.

22.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço atualmente praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores detentores da ata de registro de preços para negociar a redução dos valores registrados aos patamares de mercado.

22.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

22.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem adequar seus preços aos valores de mercado deverá respeitar a ordem de classificação original da ata.

22.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, poderá o fornecedor solicitar a revisão do valor ou o cancelamento do registro, nessa hipótese, o órgão gerenciador poderá:

22.3.1. autorizar a liberação do fornecedor, sem aplicação de penalidade, desde que devidamente comprovada e aceita pela Administração a ocorrência da





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

situação, e desde que a solicitação tenha ocorrido antes do recebimento da Autorização de Fornecimento ou da Ordem de Serviço;

22.3.2. convocar o fornecedor classificado como reserva, se houver, para assegurar igual oportunidade de fornecimento;

22.3.3. convocar os demais fornecedores constantes da ata, observando a ordem de classificação, para fins de negociação;

22.3.4. promover o ajuste para majoração dos preços registrados, mediante justificativa formal e fundamentada, observando-se:

22.3.4.1. O pedido de revisão apresentado pelo fornecedor deverá demonstrar, de forma clara e objetiva, os valores originalmente registrados e os novos valores atualmente praticados no mercado;

22.3.4.2. Deve ser instruído com documentos comprobatórios da variação de preços, especialmente notas fiscais anteriores e atuais, planilhas comparativas, cotações atualizadas ou outros elementos idôneos que evidenciem a elevação dos custos dos insumos ou serviços.

Parágrafo Único: A eventual revisão para majoração dos preços deverá observar os princípios da vantajosidade, motivação, economicidade e interesse público, sendo exigida a comprovação técnica da variação dos custos e o devido processo administrativo.

23. CONCESSÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

23.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do procedimento licitatório poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos do Artigo 86, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentação municipal.

23.2. A adesão somente poderá ser efetivada caso haja manifestação favorável tanto do Município de Sooretama - ES quanto da empresa fornecedora, sendo imprescindível que ambas as partes estejam de acordo com os termos e condições da adesão.

23.3. O Município de Sooretama – ES poderá rejeitar solicitações de adesão que possam comprometer a execução de seus próprios contratos, prejudicar sua capacidade de gerenciamento ou por outros motivos.

23.4. O pedido de adesão à Ata de Registro de Preços deverá ser formalizado por meio de ofício expedido pela autoridade máxima do órgão interessado, devidamente endereçado ao Município de Sooretama – ES. Esse ofício deverá,





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

obrigatoriamente, ser dirigido ao Chefe do Poder Executivo e ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços.

23.4.1. O ofício deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- Número do processo administrativo que fundamenta a solicitação;
- Número do edital de licitação que originou a ata;
- Número da Ata de Registro de Preços vigente;
- Razão social e CNPJ da empresa detentora da ata;
- Justificativa detalhada da necessidade da adesão;
- Relação dos itens pretendidos, com as respectivas quantidades;

24. DA GARANTIA DA PROPOSTA:

24.1. Nos termos do Artigo 58 da Lei Federal nº 14.133/21 será exigida garantia da proposta de 1% do valor estimado da contratação conforme texto normativo, vejamos:

Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação. (GRIFO NOSSO)

§ 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação. (GRIFO NOSSO)

§ 2º A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

§ 3º Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

§ 4º A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o [§ 1º do art. 96 desta Lei](#).

24.2. Vejamos agora as formas de prestação da garantia conforme Artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/21.

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital,





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

24.3. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro procederá negociação com o licitante classificado em primeiro lugar e a verificação de prestação da garantia da proposta pelo licitante.

24.4. Terá a proposta desclassificada o licitante que não comprovar a prestação da garantia da proposta em qualquer um dos termos dispostos no Artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/21.

24.5. Justifica-se a exigência de garantia da proposta na presente contratação como medida destinada a assegurar a seriedade das propostas apresentadas, evitando a participação de licitantes sem capacidade de cumprimento das obrigações assumidas, bem como reduzir o risco de desistências injustificadas durante o certame, o que poderia comprometer a eficiência do processo licitatório e ocasionar prejuízos à Administração Pública.





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

25. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

25.1. Haverá exigência de garantia contratual, tendo em vista a necessidade de assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, garantindo à Administração maior segurança quanto à execução do objeto, especialmente no que se refere ao fornecimento regular e contínuo dos gêneros alimentícios.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

26.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

II - dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de Registro de Preços;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

XII - praticar ato lesivo previsto no [Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

26.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/21 as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

24.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

26.4. A sanção prevista neste tópico, calculada na forma do edital ou da Ata de Registro de Preços, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da Ata de Registro de Preços licitada e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21.

26.5. A sanção prevista no inciso III do caput do Art. 156 da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

26.6. A sanção prevista no inciso IV do caput do Art. 156 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

26.7. A sanção estabelecida no inciso IV do caput do Art. 156 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

26.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do Art. 156 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

26.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

26.10 A aplicação das sanções previstas no caput do Art. 156 da Lei 14.133/21 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública

26.11 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

26.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

26.12.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o **caput** deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

26.13. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

26.14. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

26.15. A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput do Art. 158 da Lei nº 14.133/21;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

26.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

26.17. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

26.18. O município de Sooretama – ES deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicada, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

26.19. O atraso injustificado na execução da Ata de Registro de Preços sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou na Ata de Registro de Preços. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

26.20. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

II - Pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

26.21. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

27. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

27.1. O valor máximo previsto das despesas com a presente aquisição está estimado em **R\$ 405.300,67 (quatrocentos e cinco mil, trezentos reais e sessenta e sete centavos)** tendo por referência a média dos preços constantes no relatório de cotação de preços.

28. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

28.1. Por se tratar de sistema de registro de preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do pedido, contrato ou de outro instrumento hábil.

29. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD:

29.1. É vedado aos partícipes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução da respectiva Ata de Registro de Preços prevista em seu objeto, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

29.2. Os partícipes se comprometem a manter o sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução do objeto da Ata de Registro de Preços, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento.

29.3. Os partícipes responderão administrativa e judicialmente, caso causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução do objeto da Ata de Registro de Preços, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

29.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a contratante, para a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, tem acesso a dados pessoais dos representantes do contratado, tais como número do CNPJ, CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia de documento de identificação.

29.5. A contratada declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

29.6. A contratada fica obrigada a comunicar a contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou lícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

30. CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

30.1. Caso seja celebrado contrato oriundo da ata de registro de preços, poderá ser exigida garantia da contratação de que tratam os Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 05% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, devendo este valor ser reforçado no caso de celebração de termo de aditivo com acréscimo de valor, conforme termos e condições descritas nas cláusulas do contrato.

30.2. As modalidades admitidas para garantia são:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

30.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia ou título de capitalização, a parte adjudicatária deverá apresentá-la no prazo de até 07 (sete) dias, podendo ser prorrogado por igual período, da data de assinatura do contrato. Neste caso o





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

30.4. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

30.5. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

30.6. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

30.7. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA ou INPC (deverá ser optado pela Administração o que se revelar mais vantajoso economicamente para a administração), cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

30.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

30.9. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

30.10. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

30.11. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

30.12. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

30.13. O reajuste será realizado por apostilamento.

31. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:





TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania

31.1. Considerando que nas Licitações Públicas a Lei Federal nº 14.133/21 proíbe expressamente o direcionamento do edital para uma marca ou modelo específico, os servidores responsáveis pela elaboração deste instrumento declaram, sob as penalidades da lei, que as especificações dos itens a serem licitados foram desenvolvidas de maneira independente. Dessa forma, garantimos a ausência de qualquer tipo de direcionamento por parte dos envolvidos.

31.2. Naquilo que for omissa o presente Termo de Referência, reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores alterações.

Sooretama - ES, 18 de abril de 2026.

MIRIAN RODRIGUES DE CARVALHO
DIRETORA ADMINISTRATIVA
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TR

RAYMARA COELHO SANTANA DA SILVA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO TR

